

O neoliberalismo e o direito: regras de convivência em circunstâncias brasileiras

Ma. Wérika Souza Lopes S. de Moura¹

RESUMO: Com análise de teorias de grandes pensadores e filósofos que se atreveram a explicar o fenômeno que é o homem, para desvendar as origens e razões do seu modo de viver, impor-se e realizar suas vontades, dentro de universos diferenciados, mas unido pela globalização e internacionalização atuais, fez-se análise sobre as circunstâncias atuais semelhantes brasileiras, que culminam na não satisfação das necessidades dos indivíduos e o repasse estatal dessa responsabilidade para a sociedade, a fim de sanar as problemáticas sociais pelo meio mais econômicos e neoliberais.

Palavras-chave: economia; direito; neoliberalismo; justiça; social; humanismo e modernidade.

1 – Introdução

Nos dias de hoje, doze anos após um segundo ter mudado o século e o milênio, percebemos então, que o estudo a ser realizado ainda é de fundamental importância para refletirmos sobre o momento político e social que estamos inseridos e em nossa evolução.

Diante das teorias de grandes homens da história, observar-se-á as colocações, nos momentos que debruçaram nos fatos para analisarem suas verdadeiras causas, bem como suas sugestões no tocante ao indivíduo e sua forma de estabelecimento social.

Utilizar-se-á de muitas memórias, com análise de teorias de grandes pensadores e filósofos que se atreveram a explicar o fenômeno que é o homem, para desvendar as origens e razões do seu modo de viver, impor-se e realizar suas vontades, dentro de universos diferenciados, mas unido pela globalização e internacionalização atuais.

É de se esperar que não traremos soluções, e que estudos seculares não resolveram os mistérios da diversidade que aflige a humanidade, mas, contudo serviremos como coletores de dados, diante deste novo cenário que a relação entre a Economia e o Direito lançam sobre todas as espécies, buscando compreender melhor os fundamentos desta relação, com as estratégias encontradas pelo homem atual para adaptar o momento crucial de desenvolvimento humano e luta pela sobrevivência.

Ao menos espera-se pensar no ser humano como indivíduo e inserido na coletividade, diante das regras que ele mesmo estabelece para manter a ordem, e assim possa figurar em um momento essencial de compreensão do eu e do mundo em que vivemos repletos de diferenças e discriminações, onde por mais de dois mil anos perambulamos para compreender de onde viemos, porque aqui estamos e para onde vamos, em aspectos políticos, jurídicos, sociais e econômicos no Brasil.

2 - Breve Histórico da Evolução Científico Política

¹ Mestra em Direito – área de concentração: Direito Agrário, pela Universidade Federal de Goiás -UFG; docente na graduação e pós-graduação em Direito, nas disciplinas Direito Constitucional, Direito Processual Civil e Direito Processual, e coordenadora do Curso de Direito na Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO Goiânia; docente efetiva em Direito Constitucional na Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUCGO; pesquisadora e líder de grupo de pesquisa (DGP/CNPQ); advogada e articulista.

Desde Aristóteles e Platão verifica-se a preocupação com os problemas que o homem enfrenta, relativos à riqueza, à propriedade e ao comércio.

A Igreja Católica Apostólica Romana durante a Idade Média condenava a usura, desclassificando a atividade comercial.

Nos séculos XVI e XVII podemos observar a predominância do Mercantilismo, que apresentava-se como uma política econômica adotada na Europa, no entanto, diferente em cada país, mas em todos apoiava-se no absolutismo estatal e na empresa privada, no monopólio e nas barreiras alfandegárias. O desenvolvimento deste período deu-se na transição do feudalismo para o capitalismo, tempos esses de acumulação originária do capital.

Nesse contexto, como marco histórico, a Revolução Francesa, momento evidenciado claramente por Albert Soboul²:

A aristocracia do Antigo Regime fora destruída em seus privilégios e em sua preponderância, a feudalidade abolida. Fazendo tábuas rasas de todas as sobrevivências feudais, libertando os camponeses dos direitos senhoriais e dos dízimos eclesiásticos, numa certa medida também das opressões comunitárias, destruindo os monopólios corporativos e unificando o mercado nacional, a Revolução Francesa marcou uma etapa decisiva na transição do feudalismo ao capitalismo.

Anteriormente, a gênese da ciência política deu-se com Nicolau Maquiavel (1469-1527), inicialmente com sua obra “O Príncipe”, onde defendeu a criação de um Estado Unificado, com poder político forte e centralizado, liberto da tutela da Igreja. Trazia os princípios que aspiravam a burguesia no século XVI. Sua análise política é uma ciência experimental, não levando em conta os dogmas da doutrina religiosa e os postulados da moral. Apoiou-se na história e nos fatos de sua época.

Maquiavel não buscou retratar um ideal que levasse em consideração as ideias de justiça e perfeição; apenas determinou os meios pelos quais os homens de Estado de sua época atingiriam seus objetivos. Defendeu que o homem, em todos os tempos e em todas as civilizações, era dirigido em seus atos por uma natureza única e imutável, má por princípio. Considerou como político inteligente aquele que valia-se do fato do homem ser mau por natureza, onde assim alcançaria facilmente seus propósitos, bastando para tanto, desprezar os princípios morais.

Ainda, promoveu a separação de religião e política, abrindo caminho para a criação de uma teoria política, e com senso generalizador, atribuiu a toda humanidade as características da burguesia italiana de sua época.

Para chegar a essas conclusões, analisou a monarquia, a aristocracia e a democracia, criticando suas depravações. Definiu que a tirania decorre do exercício abusivo do poder pela realeza, invalidando a monarquia como a preferida forma de governo; a oligarquia seria consequência do predomínio seguido da aristocracia, e a desordem adviria da corrupção do povo no regime de liberdade da democracia. Nenhuma dessas formas, isoladamente, trariam a estabilidade e durabilidade a nenhum sistema político, onde propôs uma forma mista de governo que incluísse as três: monarquia, aristocracia e democracia, em equilíbrio harmonioso.

O modelo criado por Maquiavel no século XVI representava sua visão iluminada, sobre o ambiente acanhado da República de Florença, um dos muitos e pequenos Estados em que dividia-se o que hoje é a Itália, sob o domínio de antigas famílias feudais, de príncipes incompetentes e a Igreja. A Itália só

² SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa* - tradução de Rolando Roque da Silva, 6ª ed., São Paulo: DIFEL, 1986, p. 109.

conseguiu a tão desejada unificação três séculos depois, quando, nos países vizinhos mais adiantados política e economicamente, toda a sociedade já se havia transformado.

Foi na França que o modelo tripartite de Estado, proposto por Maquiavel, encontrou a formulação e a primeira implantação definitiva, no século XVIII.

Por conseguinte, observamos os pensamentos do inglês Thomas Hobbes. Este foi preceptor de nobres ingleses, tendo acesso à nobreza, o que facilitou na formação da base de sua teoria política. Iniciou sua vida intelectual pela tradução do historiador grego Tucídides, que descreveu em detalhes a Guerra do Peloponeso. Desse trabalho extraiu a ideia de que a Democracia é um sistema de governo perigoso, sendo uma das causas do enfraquecimento de Atenas. Em 1640 exilou-se em Paris, tornou-se preceptor de Carlos, o Príncipe de Gales, onde nesse período escreveu a obra “Leviatã”, na qual Hobbes estabelece um estudo sobre o Absolutismo. Em 1652 retorna à Inglaterra, que estava sob regime republicano comandado por Cromwell. Já em 1660, com o restabelecimento da Monarquia, sobe ao Trono Carlos II, seu discípulo dos tempos de exílio em Paris. Hobbes conviveu na transição da Monarquia Absolutista para a Monarquia Parlamentar.

Para esse pensador, é da natureza do homem ser mau e constituído por um infinito desejo de poder e mais poder, que só finaliza com a morte. O homem é governado por suas paixões e tem como direito seu, conquistar tudo que desejar, em seu estado natural. Para tanto, os homens mais fracos podem matar os fisicamente mais fortes, utilizando qualquer recurso, onde o mais razoável para cada um é atacar o outro, seja para vencê-lo ou para evitar um possível ataque.

Hobbes afirma que a origem da sociedade está num contrato. Ao contrário da afirmação de Aristóteles, Hobbes não defende que o homem é um ser social por natureza. Esse, em seu estado de natureza vive em permanente guerra, de todos contra todos. O acordo entre os homens é artificial. Há a conveniência para preservar a vida.

Hobbes mostra a necessidade de ceder os direitos ao dirigismo de um só ente, este chamado de Estado³, onde o pacto social conduziria necessariamente ao absolutismo.

O contrato é aceito por todos e a vontade do Soberano é a vontade de cada um, onde aquele que se opor ao soberano será castigado.

Na teoria Hobbesiana todos são iguais, mas essa igualdade é para querer a mesma coisa e se necessário competir por ela. São livres a medida que não há oposição de algum corpo externo. Ainda, prega que o homem é egoísta por natureza, o que podemos concordar; pois desde as sociedades primitivas o homem luta contra o próprio homem. Em contraposição, Rousseau diz que o homem é naturalmente bom, mas é o Estado que o corrompe. Essa afirmativa não carrega carga totalmente coerente, pois na história verificamos homens desprovidos de organização estatal ultrapassando seus limites territoriais e conquistando novas tribos.

Hobbes ainda nega ao indivíduo o direito à sua propriedade, que pertence ao Estado, que faz a distribuição.

A teoria Hobbesiana poderia ser aplicada em uma sociedade onde cada indivíduo escolhe a profissão que quer ter, não sendo especificamente recompensado pela profissão que exerce. A ação das pessoas é a de maximizar seus benefícios por intermédio de sua força de trabalho; essa pode ser vendida, pois é de sua propriedade. Já a terra e os recursos pertencem aos indivíduos e são inalienáveis. Nesse ambiente, alguns querem um nível de poder maior do que o que já tem e assim, alguns indivíduos tem mais do que outros.

³ Thomas Hobbes. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Muito contribuindo nesse contexto histórico, temos John Locke (1632 – 1704), considerado pai do Liberalismo Político. Filósofo inglês e teórico da Revolução Gloriosa, propunha, em substituição ao absolutismo, uma relação contratual entre governantes e governados, embasada em leis escritas e na constituição. Afirmava que todo homem possui alguns direitos naturais tais como liberdade, propriedade privada e resistência contra governos tirânicos⁴. Sua Teoria política influenciou a Revolução Gloriosa, acabando com o absolutismo na Inglaterra. Levou os Estados Unidos à Independência e embasou os teóricos da Revolução Francesa.

A Revolução Gloriosa quebrou os entraves feudais ainda existentes na Inglaterra e abriu portas para o desenvolvimento do capitalismo e Revolução Industrial.

John Locke defendia a teoria da “Tábula Rasa”, de que os indivíduos não nascem com algumas ideias já formadas (inatas). O conhecimento humano é fruto da experiência (empirismo) e os indivíduos em seu estado de natureza são iguais, dotados de razão e dos direitos à vida, à liberdade e à propriedade, ainda tendo direito de defender-se e assegurar seus direitos, o que cria um “estado de guerras”.

Com concepções divergentes dos demais filósofos iluministas temos Jean-Jacques Rousseau. Para ele, os homens viviam em estado natural, conceituando esse estado diferentemente de Locke. Para o pensador inglês significava uma situação de caos, para Rousseau significava o paraíso.

Rousseau defendia que os indivíduos no “estado natural” apresentavam poucas possibilidades de conflitos, pois não existia propriedade privada e os indivíduos eram iguais entre si.

Porém, em um determinado momento alguns indivíduos quiseram a posse da terra e demarcaram suas propriedades, desenvolvendo um processo de desigualdade social.

Expressou o pensamento das camadas sociais mais populares e defendeu a REPÚBLICA, onde a fonte de poder era o próprio povo. Estabeleceu que, para o indivíduo garantir seus direitos, a única forma é a organização de uma sociedade civil, onde isso daria-se através de um CONTRATO SOCIAL. Nasce aí o ESTADO. Quanto à propriedade privada, era um mal necessário, que poderia ser limitada.

Em “O Contrato Social” de Rousseau, era defendido que a sociedade e o Estado nascem de um acordo entre as pessoas. A bondade natural dos indivíduos foi pervertida pela civilização. E o poder soberano do Estado deve estar sujeito a limitações através da vontade soberana do POVO.

O Renascimento Cultural foi fruto de profundas transformações, significando um movimento intelectual que caracterizou a transição da cultura medieval para a cultura moderna, e expressava a manifestação de uma cultura burguesa racional e científica.

Com esse advento, houve a formação de monarquias nacionais e o forte desejo daquelas nações, em se transformarem em potências.

Em 1776, devemos considerar a publicação da obra “Ensaio sobre a Riqueza das Nações”, do filósofo e economista escocês Adam Smith (1723 – 1790), que atacou a intervenção estatal e propôs uma economia dirigida pelo jogo livre da oferta e procura, ou seja, o *laissez-faire*. Demonstrou que a verdadeira riqueza das nações está no trabalho, que deve ser dirigido e administrado pela livre iniciativa dos empreendedores. Com essa tese, evidenciou a Escola Clássica ou Liberalismo, que recebeu posteriormente a colaboração do sociólogo e economista inglês Thomas Robert Malthus (1766 – 1834) e do economista inglês David Ricardo (1772 – 1823), e culminou com a síntese de Stuart Mill.

⁴ LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano* – tradução por Anoar Alex, São Paulo: Abril Cultural, 1973.

Com a Revolução Industrial as contradições do capitalismo se acentuaram, favorecendo o nascimento de uma corrente preocupada com o estudo da ciência econômica e com a transformação global da sociedade. Como expoentes dessa corrente tivemos Karl Marx e Friedrich Engels, porém, foi Marx o autor das teorias econômicas mais importantes.

Karl Marx, partindo da teoria do valor, postulou que o valor de um bem é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção. Sobre o lucro, defendeu que esse não realiza-se por meio das trocas de mercadorias (que trocam-se geralmente por seu valor), mas sim em sua produção. Dessa forma, demonstrou que os trabalhadores não recebem o valor correspondente a seu trabalho, mas só o necessário para a sua sobrevivência. Com esse raciocínio chegou ao conceito da mais-valia, como a diferença entre o valor incorporado a um bem e a remuneração do trabalho que foi preciso para a sua produção.

Para Marx, a característica essencial do capitalismo foi a apropriação privada da mais-valia, demonstrando seu posicionamento crítico ao sistema capitalista na obra “O Capital”, que ultrapassou os limites da pura economia, posicionando como reflexão geral sobre o homem, a sociedade e a história.

Já no final do século XIX e século XX tivemos a Escola Keynesiana, tendo como expoente John Maynard Keynes, que analisou a Grande Depressão em sua obra “The General Theory of Employment, Interest and Money” (1936; Teoria geral do emprego, do interesse e da moeda).

A Teoria Keynesiana teve enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado; pois apresentava ideias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. Essa era uma meta a ser alcançada, tendo o desemprego como uma situação temporária que desapareceria graças às forças de mercado. Teve como objetivo manter o crescimento da demanda em paridade com o aumento da capacidade produtiva da economia, de forma suficiente com o intuito de garantir o pleno emprego, no entanto sem excesso, para não provocar um aumento na inflação.

Entre 1950 e 1980 a combinação de liberalismo e dirigismo estatal na economia torna-se responsável pelo surgimento das sociedades de consumo e bem-estar social (Welfare States – Estado do Bem-Estar ou Estado Assistencial).

No Welfare States, o Estado garante ao cidadão a oportunidade de acesso gratuito a certos serviços e a prestação de benefícios mínimos a todos, programas especiais para trabalhadores de baixa renda e desempregados, a partir de contribuições específicas. A cidadania é o reconhecimento da soberania da nação sobre o Estado, do povo sobre o governo, da sociedade civil sobre as instituições. O Estado deve manter os mecanismos do mercado de trabalho e as relações capitalistas de produção e atender à prestação de serviços e benefícios como direito da cidadania.

Nos anos 80, com a crise econômica e os novos parâmetros estabelecidos pela revolução tecnológica, as políticas de benefício social dos países desenvolvidos apresentaram enorme instabilidade. Essa nova realidade trouxe o neoliberalismo, originariamente nos Estados Unidos e na Inglaterra.

É importante ressaltar que as primeiras ideias neoliberais enquanto doutrina político-econômica, foram elaboradas em 1938, para adaptar o modelo liberal às recentes condições do capitalismo do século XX. Essas ideias advieram durante o Colóquio Walter Lippman, que foi um encontro de intelectuais liberais realizado na França.

Devemos lembrar que com o final da Segunda Guerra Mundial, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, o movimento operário era politicamente vital, onde a expansão da atividade econômica advinda dos esforços da guerra fortalecera a classe trabalhadora. Essa influenciava os aumentos de salário e os benefícios sociais, alcançados desde o advento da

Grande Depressão de 1929, com políticas redistributivas, pelo New Deal norte-americano e pelo Estado de bem-estar da Europa que se originava⁵.

Tendo como texto de origem “O Caminho da Servidão”, publicado por Friedrich Hayek em 1944, o neoliberalismo já se acentuava, com o intuito de combater o favoritismo do Partido Trabalhista inglês às eleições de 1945.

Então, em 1947, numa reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça, com o objetivo de derrotar o Keynesianismo, foi criada a sociedade de Mont Pèlerin, tendo como célebres representantes Friedrich Hayek (Escola de Viena), Milton Friedman (Escola de Chicago), Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lippman, entre outros. Para esses intelectuais, a desigualdade era um valor positivo. Contestavam as políticas intervencionistas e redistributivas, promovidas pelo Estado de bem-estar, pregando um novo capitalismo, duro e sem regras.⁶

Durante as décadas de cinquenta e sessenta - Era de Ouro – ocorreu extraordinária expansão da atividade econômica vivida pelo capitalismo. No entanto, esse cenário mudou com o fracasso das políticas keynesianas e solidaristas do Estado intervencionista e de bem-estar, frente à crise do modelo econômico do pós-guerra, no início da década de setenta. Isso deveu-se a explosão salarial no final da década anterior e à crise do sistema financeiro internacional em 1971. Em 1973 descortinou-se um mundo capitalista avançado no auge de uma profunda recessão, apresentando baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação.

Na crise do capitalismo na década de 70, os neoliberais justificavam tal momento devido o poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, em termos maiores, no movimento operário, que deterioraram as bases de acumulação capitalista com as pressões em aumentos salariais, determinando assim, que o Estado cada vez mais investisse em gastos sociais.

Os neoliberais apresentaram como objetivo a estabilidade monetária de qualquer governo, para tanto, seria necessária uma disciplina orçamentária, que contivesse os gastos com bem-estar, com criação de reserva de trabalhadores desempregados para dificultar a ação dos sindicatos.

A peça chave para alcançar o ambiente econômico dos neoliberais foi o controle dos preços, tendo o Estado essa função, utilizando políticas antiinflacionárias e cambiais na busca da estabilização financeira.

O neoliberalismo determina a liberdade econômica das empresas e as leis de mercado, atribuindo ao Estado a função de combater os excessos da livre concorrência e o controle dos mercados pelos grandes monopólios, criando mercados concorrenciais através de blocos econômicos.

Para os adeptos do neoliberalismo cabe à sociedade civil resolver os seus problemas.

Na América Latina, o destaque desse sistema foi para Augusto Pinochet, no Chile, que serviu de laboratório para a experimentação do programa neoliberal, em 1973.⁷

Tivemos como maiores expoentes desses ideais na política, inicialmente, a ex-primeira ministra inglesa Margaret Thatcher, em 1979; o ex-presidente norte-americano Ronald Reagan, em 1980 e na Alemanha, com a eleição de Kohl, em 1982.

⁵ RIBEIRO JÚNIOR, Wladimir; FARIA, João Bosco Pinto de. Globalização e Soberania – A internacionalização da atividade econômica, a erosão da soberania nacional e a redefinição da atuação do Estado na gestão pública. In, XXVI Congresso Nacional dos Procuradores de Estado – Teses e Comunicações. Goiânia : Editora Kelps, 2000, p. 28-31.

⁶ Cf. ANDERSON, Perry. “*Balanço do Neoliberalismo*”, in *Pós.neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático* (SADER, Emir & GENTILI, Pablo, organizadores). São Paulo : Ed. Paz e Terra, 1ª ed. , 1995, p. 9.

⁷ Cf. Perry Anderson, in “*Balanço do Neoliberalismo*”, ob. cit. , p. 19.

3 – O Direito como Norma de Convivência face aos ideais de justiça da humanidade

A relação entre a sociedade e o Direito apresenta um duplo sentido de adaptação: de um lado, temos o ordenamento jurídico elaborado como processo de adaptação social, e que para isso deve ajustar-se às condições do meio; de outro, o Direito estabelecido que cria a necessidade do povo adaptar seu comportamento aos novos padrões de convivência.⁸

Quando nos referimos à vida em sociedade, pressupomos organização e isso implica em Direito. A sociedade cria o Direito no propósito de formular as bases da justiça e segurança. O Direito porém, não é uma força que gera unilateralmente, o bem-estar-social. Os valores espirituais que o Direito apresenta não são inventos do legislador. Esse deve ser uma expressão da vontade social, e assim, a legislação deve assimilar e refletir os valores positivos que a sociedade estima e vive.

As necessidades de paz, ordem e bem comum levam a sociedade à criação de um organismo responsável pela instrumentalização e regência desses valores, e ao Direito é conferida essa importante missão.

O Direito não corresponde às necessidades individuais, mas a uma carência da coletividade. No entanto, o processo de adaptação deve-se renovar, pois somente assim o Direito será um instrumento eficaz na garantia do equilíbrio e da harmonia social.

Não podemos considerar que o Direito é o único responsável pelo sucesso das relações sociais. Temos também a Moral, a Ética, a Religião e as Regras de Trato Social. Portanto, o Direito não visa o aperfeiçoamento do homem – essa meta pertence à Moral e à Ética; não pretende preparar o ser humano para a conquista de uma vida supraterrena, ligada a Deus – valor perquirido pela Religião; não preocupa-se em incentivar a cortesia, o cavalheirismo ou as normas de etiqueta – âmbito específico das Regras de Trato Social.

Nesse contexto, Paulo Nader cita definição de Pontes de Miranda que assim preleciona⁹:

Direito é processo de adaptação social, que consiste em se estabelecerem regras de conduta, cuja incidência é independente da adesão daqueles a que a incidência da regra jurídica possa interessar.

Ao analisarmos o contexto de propriedade, seja de bens móveis ou imóveis, desde os tempos mais remotos podemos verificar a distância que esse instituto pode determinar entre os homens no tocante aos benefícios egoísticos desses bens e antagonicamente, observar que também podem uni-los por interesses mesquinhos devido a subordinação.

Mas onde estaria a origem de toda essa desigualdade?

Nas oportunidades, na sabedoria ou talvez na sorte?

Como apresentou Maquiavel em seus estudos sobre a ciência da política: estaria para ele tudo embasado na esperteza de cada homem, em sua face oculta, capaz de calcular cada ação em benefício próprio?

Não se sabe na verdade (ou não se quer saber). Cada pensador e seu horizonte, pintado conforme seus conceitos.

Tudo fatalmente encontra-se no íntimo da cada homem, diante da incerteza quanto às razões de sua existência.

Temer algo ou alguém, torna-se escravo de seu íntimo e busca-se aprimorar nas condutas repelidas pelo seu meio.

⁸ NADER, Paulo. *Introdução ao Estudo do Direito*, 9ª ed., Rio de Janeiro : Editora Forense, 1994, p. 19.

⁹ MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição de 1967*, 1ª ed., São Paulo : Revista dos Tribunais, 1967, tomo I, p. 31. In Paulo Nader, Ob. Cit., p. 21.

Se há dúvidas quanto ao inimaginável e não temer e nem depender de ninguém, não obedece a nada; vive o agora como bem quer.

Os mistérios sobre a sua existência tornam o homem um ser perdido. Não sabe se luta para si ou para a humanidade. Deve-se viver para o que pensa ou para o que é induzido a pensar? E o próprio planeta se mostra dividido em tribos, individualizadas por suas crenças, riquezas, temores e esperanças, e até por desilusões e opressões.

Dentro desse universo de incertezas e diante de tantos profetas, surge a necessidade de regras de convivência. Regras essas para inicialmente estabelecer a sobrevivência e em seguida, garantir o respeito, impor e proteger cada um dentro desse ambiente selvagem.

O Direito sob a óptica mundial é apenas um fio que interliga todas essas aldeias, sem penetrar em suas regras individuais. No entanto, faz-se necessário para que as nações se respeitem mutuamente, resguardando seus territórios de invasões físicas e psicológicas e para resguardar a ordem interna.

Visando o liberalismo econômico, político, social e cultural, com separação dos poderes e garantia de direitos, tivemos o Constitucionalismo, que foi um movimento que deu origem às primeiras constituições. Foi a busca do Direito em estabelecer a justiça social, no intuito de assegurar ao cidadão o exercício dos seus direitos individuais, colocando o Estado em condições de não os violar.

Com a Declaração Francesa de 1789 este ideário ficou evidente, determinando como prioridades, a vida, a liberdade, a propriedade privada e a segurança, respeitando a individualidade de cada um.

Nem sempre as constituições se preocuparam com o tratamento da ordem econômica; inicialmente estabeleciam regras quanto à organização política, sem interferência do Estado no domínio privado.

Esse era o Estado Liberal, que acompanhou a época da expansão comercial, no qual a economia regia-se por leis naturais, sem o controle estatal, que conduziria ao melhor caminho. A condução vinha de uma Mão Invisível, que não era a do Estado, mas a do interesse econômico.

Houve uma ruptura social, com desgaste insustentável do modelo econômico liberal, para que a igualdade material e os direitos sociais fossem incorporados ao discurso constitucional, de forma que o saldo das Revoluções Socialistas está definitivamente incorporado ao mundo contemporâneo.

Houve um salto da democracia liberal para a social, onde a igualdade formal é insatisfatória. Espera-se de um Estado Social intervenção na Economia, exercendo um papel ativo na redução das desigualdades, numa melhor distribuição de rendas e riquezas.

O constitucionalismo trouxe a elaboração de constituições nas sociedades do mundo, visando a paz e ordem social, com respeito à dignidade humana e evoluiu até chegar na preocupação com os hipossuficientes. No Brasil não foi diferente.

Tivemos constituições insensíveis à questão da desigualdade, momentos de ditadura, censura, opressão, mas conquistamos com as lutas sociais (dentre elas as “Diretas já” em 1984) uma constituição voltada para o Social, de cunho intervencionista, no ano de 1988.

Assim inaugurou-se um Estado Social Democrático. É o Estado Providência, preocupado com o exercício dos direitos fundamentais, tendo como objetivos previstos no texto constitucional (art. 3º da CF/88) quais sejam, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos.

É a presença da democracia, que para José Afonso da Silva¹⁰ é “[...] um processo de convivência social em que o poder emana do povo, há de ser exercido, direta ou indiretamente, pelo povo e em proveito do povo.”

A partir do chamado consenso de Washington (reunião em 1990 do Grupo dos 7 com os presidentes dos 20 maiores bancos internacionais) determinaram-se medidas a serem seguidas pelos países de economia periférica, para permitir a livre circulação, a transnacionalização dos capitais. Para tanto, as economias emergentes tiveram que utilizar os preceitos neoliberais como condição de obtenção de empréstimos e investimentos estrangeiros. Ainda, para garantir segurança e potencialidade nos ganhos dos países estrangeiros¹¹.

Isto reforçou o neoliberalismo em nosso país, reduzindo o máximo de atuação do Estado, prevendo a diminuição das despesas públicas, dos serviços prestados pelo Estado, determinando as privatizações e a abertura da economia para o investidor estrangeiro.

Para garantir essas determinações, foi necessária a flexibilização do Direito, adaptando-se ao novo cenário e suas exigências, refletindo principalmente nos direitos trabalhistas.

Dentro do Estado Democrático de Direito previsto e garantido por nossa “Constituição Cidadã” pairam proteções aos direitos e garantias fundamentais do homem, que no mundo globalizado atual, toda essa proteção está ameaçada.

Reformas constitucionais têm sido empreendidas para adaptar nosso texto maior de 1988 aos novos tempos, desde o Governo Collor.

A exemplo, a Emenda Constitucional nº 3 de 1993 criou a Ação Declaratória de Constitucionalidade para legitimar as medidas políticas do Governo evitando a participação das instâncias inferiores e o risco das interferências dessas instâncias em seus objetivos, quase sempre editados por medidas provisórias. Sem falar que essas normalmente não respeitam os requisitos constitucionais de relevância e urgência.

As Emendas Constitucionais de nºs 5, 6, 8 e 9 alteraram o conceito de empresa de capital nacional e os monopólios, permitindo a exploração e os serviços de gás canalizado a empresas privadas, bem como os serviços de telecomunicações e petróleo. Eliminou a possibilidade de tratamento diferenciado entre multinacionais e empresa brasileira, e empresa brasileira de capital nacional (as duas últimas não mais diferem).

Isso abriu margem para a privatização de serviços públicos, sendo o Estado substituído, na prestação de serviços públicos, por empresas nacionais e internacionais.

Observamos que esses serviços não estão correspondendo aos anseios da comunidade, com altas taxas e prestação ineficiente; como o uso dos telefones, onde um idoso mal consegue discar a enorme quantidade de números, ou compreender o porquê. Por conseguinte, temos os desastres ecológicos pela exploração do petróleo e os preços abusivos que seus derivados chegam ao consumidor (um mistério, sendo que o Brasil já produz 70% de seu consumo). Ao contrário de melhorias dos benefícios e diminuição dos preços pela concorrência, temos a imposição de lixos neoliberais, diariamente.

Com a desculpa da redução do déficit público, passou-se para a reforma do Estado e da administração pública, justificando por sua ineficiência e pelo excesso de gastos públicos. Quem levou a culpa foi o funcionalismo público e o excesso de seus privilégios. Como se todos os entes fossem abusados e respondessem pela desordem.

¹⁰ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 15ª ed. , São Paulo : Malheiros Editores. p. 130.

¹¹ MELO, Mônica de. *Globalização econômica, neoliberalismo e impacto nos direitos da mulher*. In, XXVI Congresso Nacional dos Procuradores de Estado – Teses e Comunicações. Goiânia : Editora Kelps, 2000, p. 75.

Assim, modificaram as regras do funcionalismo, com novos critérios de demissão, de fixação de subsídios, de estabilidade, de avaliação e agora planos novos para os proventos de aposentadoria em valores inferiores aos dos vencimentos.

Assim, não bastando, veio a reforma previdenciária para sanar o déficit estimado de 46 bilhões. Tudo alterando o modelo de Estado de Bem-estar Social, formulado em 1988, no pretexto de garantir-lhe maior estabilidade, acobertando as verdadeiras intenções, estabelecendo o Estado Neoliberal. E pessoas inocentes trabalhando mais e aposentando mais tarde, para tapar o rombo da previdência. Quem sabe, com tantas reformas chegaremos no dia em que a idade para se aposentar será a correspondente àquela da expectativa de vida do brasileiro.

Ter uma Constituição Federal admirável não nos protege dos males da globalização e do neoliberalismo. Fronteiras protegidas não impedem invasões tecnológicas, produto da comunicação avançada que hoje existe entre os mais distantes dos povos. Não há como evitar esse contágio. E nessa epidemia temos os mais fortes e os mais fracos. Mas quem os determinou assim? O que se sabe é que a nossa Carta Magna em breve será uma colcha de retalhos inútil.

A resistência a esse tipo de invasão faz as separações. A sucumbência às regras impostas determina os mais debilitados, vivendo do Direito especificado pelos fortes. E isso está na história e seus líderes, definindo o cenário atual.

É estranho pensarmos em Direito imposto internacionalmente pelas potências aos dependentes tecnológicos, mas as necessidades determinam esse vício. Talvez segundos, alternativas certas ou blefes poderiam ter modificado essa história e nossa atualidade.

O nosso Direito está vindo de fora. Primeiro o que querem de nós, para depois ser estabelecido o que queremos.

Falamos em democracia representativa, para que os eleitos diretamente nos representem e estabeleçam as nossas vontades. Contudo não é o que acontece. Primeiro eles observam os ventos de fora para debruçarem sobre nós as consequências daquele.

O mais importante não é o que necessitamos: saúde, alimentação, educação, lazer, moradia, segurança, previdência, assistência social, etc.

O que mais importa é a Economia mundial. E o Direito infelizmente está sucumbido a este Titã, que por mais negado, mais confirmado está.

Homens sem ideais comunitários sempre existiram, e para melhor elucidar os fatos, dentro das necessidades humanas existiam como ainda existem, ambientes abundantes em recursos naturais e outros escassos, no tocante aos meios necessários à subsistência. Surgiu a troca desses produtos, inicialmente natural, desprovida de interesses mesquinhos e de ideais mercadológicos. Acredita-se que com a desigualdade dos esforços despendidos e as dificuldades de materiais ou mão de obra e em contraposição, a facilidade para outros povos nesse sentido, começaram a surgir análises das condições de cada um, e as trocas começaram a ficar desproporcionais.

Surgiu a valoração para determinados produtos em detrimento de outros com maior abundância. As diferenças brotaram. E esses homens precisaram adaptar-se ao suprimento de suas necessidades, trazendo a lume as estratégias de produção e troca, gerando destinos diferenciados para produtos e produtores, opressor e oprimido.

E diferenças são diferenças. Não se sabe porque elas se estabelecem. Teorizam para explicar, mas tanto existem fenômenos naturais, quanto calculados. E algumas diferenças poderiam ser ignoradas ou até mesmo

minimizadas em determinadas circunstâncias a fim de não prejudicar o próximo, se o próprio ser humano fosse mais solidário e menos ganancioso.

Mas infelizmente, o homem, como no reino animal, descobriu que certas diferenças traziam o poder. E o poder, o domínio sobre aqueles desprovidos de capacidade e ou possibilidade para sobressair, levados a situação de exploração desumana.

Surgiram então moedas, mercados, acumulação de riquezas, reservas dessas, formando o capital e conseqüentemente, as potências. Definiu distâncias cada vez maiores entre os homens, agravadas pela propriedade privada. Chegou até o homem ser um bem negociado por outros homens.

Aqui nos encontramos hoje. Uns se divertindo às custas de outros. É a realidade horripilante das diferenças.

As dificuldades de uns e as facilidades de outros são escândalos diários, que não nos surpreendem mais.

Quem somos? Homens comendo homens.

Então, canibais?

O ser humano vem lutando ao longo dos tempos por direito, igualdade, liberdade...

O critério para legislar sempre foi lento, dando o que o povo pede aos poucos e sempre privilegiando os mais poderosos. E hoje não é diferente. Houve conquistas na verdade, mas estão tão recentes que os que estão por cima acham que já é o bastante por agora. O pior está se revelando. Retrocessos legislativos estão aflorando, ferindo nossas conquistas e muitos insistem em justificar que o que vemos não é o que vemos, e o que nos obrigam a ver é para nosso bem. Somos enganados e nada fazemos, de tão desacreditado que está o próprio homem governante. A exemplo temos as normas reiteradas de limitação de acesso aos tribunais, com súmulas inibidoras de recursos, valorização de jurisprudência ainda desprovidas de efeito vinculante, e não satisfeitos, impuseram julgamentos coletivos com recursos representativos de grupos de recursos, cujas partes são desconhecidas e com advogados distintos. Tudo sob a alegação de celeridade da tutela jurisdicional, como se dados estatísticos de produtividade equivalessem a qualidade jurisdicional.

Sempre no decorrer da história foram criadas leis conforme a mentalidade dos homens que as ditavam e não diante da necessidade de todos. E na maioria das vezes na proteção pessoal e de seus pares.

O Direito nasceu para trazer a ordem, mas sempre protegendo aqueles do poder.

Coletividades inteiras já foram destruídas por esse Direito, que discrimina pelo berço, pela bolsa, pela cor, pela origem, pelo sexo, enfim, por determinar que há homem diferente do homem.

Mesmo com tanta evolução, homem ainda não é igual ao homem. Houve evolução do Direito, no entanto esse se apresenta como criança. Tem muito a aprimorar. Tem momentos de inocência e impotência diante de determinadas circunstâncias. De egoísmo diante do mundo ao redor de sua casa.

A educação dessa criança vem dos interesses econômicos dos grandes blocos, logo podemos imaginar quão demorado será para se tornar adulto, mediante os riscos de intervenções tão negativas desses desvalores.

Quem dita as regras no mundo de hoje são os afortunados, os detentores de tecnologia, donos do segredo que move a economia.

O único bem que ainda não pagamos por ele é o ar, mas não está longe do dia em que pagaremos até para respirar.

Para proteger-nos temos o Direito, ou ao menos o que ele deveria tutelar. Só que a justiça não está embutida em todos os seus preceitos.

Quando o legislador atua, faz para acompanhar o momento em que vivemos, dentro de uma política econômica neoliberal que não caminha ao lado dos ideais sociais. Antes de tudo, visa proteger os mercados, aumentar as arrecadações, fortalecer as alianças econômicas. A política de suprir as

necessidades básicas e de infra-estrutura para a população não é prioridade. As promessas eleitorais não são cumpridas, e sequer o eleito se envergonha de não cumpri-las. Temos legislação para defender o homem consumidor de promessas enganosas no âmbito do comércio; mas para exigir cumprimento de promessas eleitorais temos que utilizar na justiça de linhas transversas, difíceis de obrigar algum candidato eleito a cumprir, com o rigor da legislação consumerista, aquilo que ofertou em troca do voto.

A legislação existente é a conveniente com o momento econômico do país. Adversários políticos apertam as mãos para votar algo que seja impulsionador para a economia e seus interesses pessoais, independente de suas consequências sociais, mas o contrário jamais ocorre. E ninguém se atreve.

CPIs existem para que os congressistas avaliem o que o judiciário demoraria muito para apurar, no entanto, antes de colherem os resultados de uma, começam outra para desviar a atenção do povo em relação aos envolvidos, pois todos são da mesma família. Existem também para evidenciar aqueles que compõem as comissões, que promovem-se às custas do oportunismo. Esse é o momento em que vivemos. Escândalos envolvendo dinheiro público todos os dias, diante dos olhos de nossos governantes, pouco interessados em desvendar a quadrilha, e quando chega-se perto do seu desbaratamento, raramente algo de justo ocorre pois, há alguém do governo envolvido. Então, novo escândalo para que fiquemos tão perplexos que logo já esqueçamos do anterior e assim sucessivamente, até ficarmos afogados neste mar de corrupção.

Hoje o Supremo Tribunal Federal está composto por ministros oriundos da vontade de um único partido político e ninguém ousa mencionar em mudar as regras de preenchimento de sua composição. E ainda dizem haver pluripartidarismo, democracia representativa e suas devidas proporções.

Adquirimos produtos onde o tributo está embutido na maior parte do preço. E as arrecadações não são aplicadas nos programas sociais e realização das normas constitucionais programáticas.

Isso é o Neoliberalismo. Política de sobrevivência a qualquer preço. É uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação do capitalismo moderno fracassado.

Nele o fator econômico é o elemento central e estruturador das relações sociais. Temos o Estado mínimo, com política de desestatização (privatizações), deixando as atividades econômicas e sociais em regime de desregulamentação, ficando isso a cargo da “eficiência de mercado”.

Há na verdade uma inversão dos valores, onde os padrões universais de proteção social estabelecida pelos Estados do bem-estar (do Welfare State) são ignorados.

O Direito estipulado pelas leis vigentes, bem como sua interpretação pelos Tribunais, estão tomando tendências de impulsionar o processo de acumulação capitalista sem levar em conta considerações distributivas.

Estamos vivendo um momento onde nunca se investiu tanto em educação. Mas essa preocupação não é puramente social. A educação enquanto produtora de capacidade para o trabalho faz-se essencial em uma política neoliberal. Como produzir sem as reservas de mão de obra capacitada?

Infelizmente, com crescimentos econômicos de apenas alguns setores, e o fortalecimento descontrolado cada vez maior de já consagradas potências, a distância entre as camadas sociais fica bem maior.

Países desenvolvidos se estruturam cada vez mais, enquanto a miséria se estabelece sem o mínimo de expectativa de redução. Há então o agravamento das desigualdades, da exclusão e segmentação social, onde os mais prejudicados são os países periféricos.

A especulação torna-se um mal sem cura, desviando crescentemente a absorção de recursos.

O nível de desemprego nesse ambiente de competição onde a política governamental estimula o investimento em cursos profissionalizantes torna o mercado saturado de mão de obra, apresentando em disparidade com a oferta de empregos, sendo impossível a absorção desses trabalhadores pelo mercado de trabalho. Isso é uma consequência que também coaduna com a estratégia do neoliberalismo. São os depósitos de recursos humanos que contêm as exigências dos sindicatos. Quem dita as regras para o trabalho não são apenas as leis trabalhistas. As convenções e acordos trabalhistas já estão adaptando os preceitos legislativos às condições que o mercado impõe.

Enfim; quem legisla normas trabalhistas hoje é o mercado.

Ao contrário da tendência atual, deveríamos ter políticas de uso de tecnologia de ponta na redução da carga horária trabalhada, e da sobrecarga dos encargos sociais para o empregador, sem que houvesse a substituição do homem pela máquina, ou os acordos coletivos que devoram as expectativas de crescimento do trabalhador e sobrevivência do empregador.

Quanto à democracia, tão almejada pelos homens que um dia se opuseram aos governos opressores, hoje apresenta limitada, provisória e defeituosa. Serve apenas para autorizar governos, mas esses não correspondem às necessidades básicas do seu titular – o povo.

4 - Possibilidades de realização ou não dos referidos ideais de justiça

Existem correntes de pensamento que sustentam que o Direito subordina-se inteiramente ao fator econômico. Para o materialismo histórico, a Economia compõe a infra-estrutura da vida social e determina a superestrutura, composta pelo Direito, Moral, Ética, Religião, Política.

A influência do fator econômico sobre o Direito é uma realidade, porém não é menos real a influência do Direito nos processos econômicos.

Karl Marx e Engels foram os principais sistematizadores da teoria, que hoje é defendida notadamente por Achille Loria e Berolzheimer.

O Direito faria justiça se conseguisse garantir existência ao menos digna para todos os homens.

Isso estaria ligado à erradicação da miséria em todo o mundo, minimizando as desigualdades de forma a possibilitar a qualquer ser o acesso ao mundo atual, seus conhecimentos e tecnologias.

Ainda existem aqueles que acreditam que o homem não pisou na lua, e isso não é concepção, mas conclusões de quem não crê nos caminhos percorridos pela ciência e nas grandes conquistas que essa trouxe para a humanidade no tocante à tecnologia, à saúde, à genética, etc. E em todas essas conquistas, lá estava o Direito impulsionando-as.

Justiça não é o homem controlar a morte, é o homem estabelecer a vida, dentro do mínimo que se espera da sobrevivência.

É estar inserido em uma comunidade onde é respeitado, com acesso à educação para conhecer o mundo, através das janelas abertas pela leitura, pela escrita, pela comunicação virtuosa.

Imaginar um homem sábio, que queira crescer respeitando o próximo é muito fácil, no entanto o difícil é trazê-lo à realidade; acreditando que pode crescer sendo honesto, que pode produzir e viver do que produz, sem se corromper. Poucos são aqueles que não contaminam-se nessa epidemia.

Enquanto durar um homem pervertido, ganancioso, cruel e que detenha poder sobre a satisfação de necessidades humanas no mundo, ficará difícil tornar o sonho de sociedade ideal, real.

O poder faz com que esse homem escravize outros homens necessitados de seus recursos, sujeitando-os às suas exigências e exploração,

contaminando suas ideias e levando-os a sucumbência e martírio da dependência de seu domínio.

Para combater o Neoliberalismo inicialmente não se pode ter medo de se opor às correntes do consenso político do nosso tempo.

É importante que o homem não desista a ponto de transigir ideias, sendo condescendente com aquilo que não concorda.

Deve também recusar instituição estabelecida como imutável, pois em sociedades capitalistas, nenhuma instituição por mais consagrada e familiar tem seu princípio intocável.

Para superar o momento já existem estudos sobre o Pós-Neoliberalismo. Em texto didático do Prof^o Wanderley Azevedo de Brito¹², da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, verificamos que o Pós-Neoliberalismo seria embasado em uma nova política de contra-ataque robusta e agressiva para atingir os valores, ressaltando os princípios de igualdade como o critério central de qualquer sociedade verdadeiramente livre. Para o neoliberalismo, igualdade quer dizer uniformidade. Para o Pós-Neoliberalismo é a única e autêntica diversidade. Ou seja, um nivelamento das possibilidades reais de cada cidadão com o intuito de vida plena, segundo o padrão que escolher, sem carências ou desvantagens devido aos privilégios de outros. Seria o estabelecimento inicialmente de chances iguais de saúde, educação e trabalho.

O Neoliberalismo tem levado à privatização de indústria de serviços estatais. Determinou assim sua intenção anti-social. Isso levou à piora dos serviços e ao seu encarecimento.

Deverão ser criadas formas de propriedades populares, as quais sejam responsáveis por serviços de utilidade pública, onde não haverá concentração de poderes como nas empresas inseridas no capitalismo moderno.

O repasse da responsabilidade social para a sociedade faz, naturalmente que nasçam cooperativas, associações, entidades que poderão gradativamente suprir as necessidades sociais, determinando um crescimento nesse setor, fruto do descaso, que levará ao desprovimento de domínio e de poder. Mas é necessário que o Estado auxilie com recursos para o povo, que os aplicará fiscalizando os serviços sociais diretamente.

Para tanto, o parlamento deveria estar engajado nestas ideias, mais fortalecido, com partidos mais disciplinados e independentes, com financiamento público das campanhas, eficiente, para não ficarem adstritos a seus financiadores, sem demagogia.

No Brasil, no início do século XXI temos o exemplo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que utiliza ideologias de combate ao neoliberalismo, por intermédio da participação popular na definição das despesas previstas no orçamento, diante da real possibilidade do município e anseios de sua população.

Há sim possibilidade de melhora para o momento de opressão econômica que estamos vivendo. Todavia é muito complicado diante da dependência financeira em que encontra-se o Brasil, com seu endividamento com as comunidades internacionais. Terrivelmente é imaginarmos se parte de nosso território já não está reservado para o acerto dessas contas. Os Estados Unidos já consideram que a Amazônia e o Pantanal não mais pertencem ao Brasil, e sim, estrategicamente ao “patrimônio da humanidade”. Para eles nosso mapa já está mutilado. São os riscos recentes de nossa Soberania frente à guerra econômica da modernidade.

As melhorias dependerão de lideranças conscientes e coerentes. A burocracia é necessária, mas sem excessos para não levar à corrupção. E o Direito deveria trazer a ordem exata, sem leis neoliberais, mas voltadas para o social, retomando ideais já defendidos, para não esgotar nossos recursos e não desiludir mais ainda a população, tão explorada e sofrida com os altos impostos e mínimas conversões desses em benefícios sociais.

¹² Pós-Neoliberalismo: uma leitura à esquerda.

Tem que mudar a ideologia. De neoliberal para o social, porque povo massacrado não aplaudirá vitória econômica que não lhe traga nenhum proveito.

Precisamos de pensadores realistas, que encabecem as teorias de resgate ao social e contagiem o ambiente atual, para que o titular do poder constituinte acredite e confie nos seus representantes.

5 - Conclusão

A sociedade cria o Direito e, ao mesmo tempo, submete-se aos seus efeitos.

Pudemos observar que a interação social apresenta-se sob as formas de cooperação, competição e conflito e encontra no Direito a sua garantia, o instrumento de apoio que protege a dinâmica das ações.

Quando as pessoas estão nas mesmas condições ou, não estão, mas se solidarizam com a situação dos mais prejudicados, há a cooperação, onde conjugam seus esforços. Mas pode haver momentos em que essa cooperação é simulada, estabelecida por subterfúgios para alcançar não o bem do próximo, mas o próprio bem.

Quando verificamos indivíduos querendo excluir uns aos outros nos deparamos com a competição. Essa é uma das grandes características da sociedade moderna, onde os indivíduos procuram reunir os melhores trunfos para a consecução de seus objetivos.

Verificamos então que o Direito está em função da vida social. Tem como finalidade favorecer o amplo relacionamento entre as pessoas e os grupos sociais, que é uma das bases do progresso da sociedade. Ao fazer a separação entre o lícito e o ilícito, conforme os valores que a sociedade elege, o próprio ordenamento favorece a cooperação e a competição estabelecendo as limitações necessárias ao equilíbrio e à justiça nas relações.

Mas, até que ponto o ambiente atual faz justiça? É o que questiona-se.

Vimos que o neoliberalismo pretendeu e pretende reorientar a economia, a política e a sociedade capitalista para uma nova dimensão do capital, voltada para o capital financeiro transnacional. Originou-se da ciência econômica e sua vulgarização, até conectar-se com as orientações do governo ditando as leis em sentido lato e determinando uma gestão administrativa diferenciada.

Por volta da virada da década de oitenta, por causa das políticas de ajustes dos países dominantes e a consequente explosão de juros no mercado internacional, os países em desenvolvimento começaram a sofrer os efeitos da crise mundial, sofrendo ainda mais com seu endividamento externo.

O Neoliberalismo postula a separação entre o econômico e o político, e dentro do econômico, segrega o financeiro e o produtivo, levando à separação no interior do Estado, dos responsáveis pela área econômica e os da área social, tornando as leis e os atos normativos tendenciosos e protetores à economia tida como vital, sacrificando os titulares do poder constituinte, que é o próprio povo, amargando as consequências das atitudes e decisões de seus delegados.

A guerra pela consolidação da hegemonia neoliberal situa-se hoje tanto no plano nacional, quanto no internacional. No entanto, já está sendo questionado como referência política hegemônica.

Em nosso cotidiano, nos noticiários, no Congresso Nacional ou no pronunciamento presidencial, o neoliberalismo mostra-se como a origem da situação atual, onde a lei nem sempre faz justiça, como era de se esperar de um novo século. Imaginávamos o homem mais moderno, mais justo, evoluído, porém, o encontramos como prisioneiro de seu próprio cativeiro. Valorizou tanto a

riqueza, que virou escravo do seu capital, desvirtuado por uma política de elites, que sacrifica o trabalhador, e que desilude aqueles que enxergam a verdade.

Apesar de tantos avanços tecnológicos, o capitalismo global está em crise; consolida a centralização do poder sobre os meios de produção, todavia subordina o trabalho humano ao absolutismo da Economia e do Direito injusto, que geram superproduções, subconsumos pelos empobrecidos, consumismo do supérfluo pelos emergentes, desemprego, miséria, fome, violência, pobreza de corpo e espírito, descortinando a exclusão dos mais fracos, fruto da crise do Capital.

Ainda nos restam esperanças. Vimos revoluções fabulosas escrevendo nossa história. Homens pensaram no social e o realizaram.

Mesmo que nossa esquerda hoje chega a se confundir com a direita, existem ainda homens que proclamam a impossibilidade do sucesso absoluto do capitalismo neoliberal, editando ideias e alternativas embasadas nessa conclusão.

Outros acreditam que esse capitalismo voraz seja a única alternativa, e que os rumos jurídicos, políticos e sociais já estão fixados.

Não podemos ignorar as anomalias. É ainda possível, dentro desse ambiente neoliberal, constituir uma sociedade moderna, democrática e autônoma e escrever um novo fim.

Esquerdas não podem abandonar a compreensão das contradições classistas atuais, utilizando apenas a visão distributivista-aliancista. É de suma importância impedir que essas famosas contradições capitalistas deteriore cada vez mais a vida social.

Pode-se direcionar mais cuidados à classe trabalhadora, sem desvirtuar o Direito e a Economia, alterando as facilidades dadas ao Estado de formular leis tão vulneráveis e capciosas aos que detêm o poder.

Não é permitindo a eliminação progressiva dos direitos sociais e limitação aos direitos políticos, seja por Medidas Provisórias, Decretos, Leis Regulamentares, quebra das organizações sindicais, etc, que o Direito determinará a conduta correta para a ordem social.

Muitos sugerem a organização dos movimentos sociais para possibilitar a manifestação das classes trabalhadoras em superar a ordem do Capital, reivindicação de elementos que levem à liberdade, sem as amarras dos meios de comunicação de massa, com educação pública gratuita, com penitenciárias que ressocializem os reeducandos, com saúde digna, eliminando as bases da violência, da ignorância e da miséria, dando o controle à comunidade, com efetiva participação política, sob forma partidária séria e responsável por suas promessas.

Ao Direito é esperado o mínimo de justiça, com regras de convivência que primam pela harmonia e que garantam a dignidade do homem.

Sem o respeito aos direitos humanos fundamentais e sua garantia efetiva, não teremos o mínimo indispensável para a sobrevivência da humanidade e para a construção de uma sociedade mais solidária e democrática.

6 – Bibliografia

ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”, in Pós. neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático (SADER, Emir & GENTILI, Pablo, organizadores). 1ª ed., São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BIANCHETTI, Roberto. Modelo neoliberal e políticas educacionais. Campinas: Autores Associados, 1997.

GENTILI, Pablo. A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GORENDER, Jacob. Marxismo sem utopia. São Paulo: Ática, 1999.

GROPALI, Alessandro. *Introdução ao estudo do Direito*. 11ª ed., Coimbra: Coimbra Editora Ltda., 1968.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

JÚNIOR, Wladimir Ribeiro; **FARIA**, João Bosco Pinto de. *Globalização e Soberania – A internacionalização da atividade econômica, a erosão da soberania nacional e a redefinição da atuação do Estado na gestão pública*. In, XXVI Congresso Nacional dos Procuradores de Estado – Teses e Comunicações. Goiânia: Editora Kelps, 2000, p. 21-68.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Tradução por Anoar Alex, São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MARTIN, Hans-Peter & **SCHUMANN**, Harald. *A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social*. São Paulo: Globo, 1998.

MARTINEZ, Paulo. *Política: ciência, vivência e trapaça*. São Paulo: Moderna, 1990.

MELO, Mônica de. *Globalização econômica, neoliberalismo e impacto nos direitos da mulher*. In, XXVI Congresso Nacional dos Procuradores de Estado – Teses e Comunicações. Goiânia: Editora Kelps, 2000, p. 69-83.

NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do Direito*. 9ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Tradução por Lurdes Santos Machado – Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SADER, Emir & **GENTILI**, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____, *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 1ª ed., São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1995.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Brasileiro*. 15ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. Tradução por Rolando Roque da Silva. 6ª ed., São Paulo: DIFEL, 1986.

WEFFORT, Francisco C. (organizador.). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 1993.